

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CONTEÚDO

Relatório de revisão dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2023.

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Diretor
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
CNPJ 44.661.671/0001-79
(Valores expressos em reais mil)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)	PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.212	-	Fornecedores	8	995	1
Contas a receber de clientes	5	2.444	-	Obrigações trabalhistas e sociais	9	1.363	-
Adiantamentos		15	-	Obrigações fiscais	10	520	-
Despesas antecipadas		30	1	Adiantamento de clientes	12	101	-
		3.701	1	Parcelamento de Impostos	11	251	-
				Outros débitos		2	-
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Partes relacionadas	13	-	10	Dividendos a pagar	14.c	135	-
Imobilizado	6	1.589	-	Parcelamento de Impostos	11	941	-
Intangível líquido	7	9.248	-	Partes relacionadas	13	3.564	-
		10.837	10			4.640	-
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14.a	6.234	10
				Reserva Legal	14.b	29	-
				Reserva de lucros		402	-
						6.665	10
Total do ativo		14.538	11	Total do passivo e do patrimônio líquido		14.538	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
CNPJ 44.661.671/0001-79
(Valores expressos em reais mil)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Receita operacional líquida	16	19.268	-
Custo dos serviços prestados	17	<u>(18.586)</u>	<u>-</u>
Resultado operacional bruto		<u>682</u>	<u>-</u>
Despesas administrativas e gerais	18	(84)	-
Outras receitas (despesas)	19	<u>681</u>	<u>-</u>
Resultado antes das do resultado financeiro		<u>1.279</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras		103	-
Despesas financeiras		<u>(520)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	20	<u>(417)</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos		<u>862</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social	15	(296)	-
Lucro (prejuízo) do período		<u><u>566</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

CNPJ 44.661.671/0001-79

(Valores expressos em reais mil)

	<u>31/12/2022</u>	<u>30/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
Lucro (prejuízo) do período	<u>566</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>566</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 CNPJ 44.661.671/0001-79
 (Valores expressos em reais mil)

	Capital social		Reservas		Lucros acumulados	Total
	Capital social	a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Capital social	100	-	-	-	-	100
Capital social a integralizar	-	(90)	-	-	-	(90)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	<u>100</u>	<u>(90)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Integralização de capital social	31.073	(24.849)	-	-	-	6.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	566	566
Destinação para reserva legal	-	-	29	-	(29)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(135)	(135)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	402	(402)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>31.173</u>	<u>(24.939)</u>	<u>29</u>	<u>402</u>	<u>-</u>	<u>6.665</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 CNPJ 44.661.671/0001-79
 (Valores expressos em reais mil)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do período	566	-
Ajustes para reconciliação do resultado		
Depreciação e amortização	223	-
Amortização de Outorgas	238	-
Imposto de renda e contribuição social	296	-
	<u>1.323</u>	<u>-</u>
(Aumento) / Redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.444)	-
Adiantamentos	(15)	-
Despesas antecipadas	(29)	(1)
Aumento / (Redução) dos passivos		
Fornecedores	994	1
Obrigações trabalhistas e sociais	1.363	-
Obrigações fiscais	520	-
Parcelamento de impostos	251	-
Outras contas a pagar (Resp.com Terceiros)	4	-
Adiantamento de clientes	101	-
Imposto de renda e contribuição social	(296)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.771</u>	<u>-</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Partes relacionadas	10	-
Adições de intangível	(9.486)	-
Adições de ativo Imobilizado	(1.812)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(11.288)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas	3.564	(10)
Parcelamento de Impostos	941	-
Integralização de capital social	6.224	10
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	<u>10.729</u>	<u>-</u>
Aumento (diminuição) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.212</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>1.212</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.212</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com sede na Cidade de São Paulo, na Rua Bela Cintra nº 1149 – 8º andar - bairro da Consolação, localizada no estado de São Paulo, tendo como objetivo social, (i) a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração comercial do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência – anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (ii) a exploração de serviços de estacionamentos; (iii) serviços auxiliares ao transporte aéreo.

Os serviços contratados pela Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP através do contrato nº 0465/ARTESP/2022 assinado em 15 de fevereiro de 2022, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/2021. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, a partir da data de eficácia da concessão, sendo que a Companhia deu início às suas atividades operacionais em 01 de abril de 2022.

Os aeroportos integrantes sobre a interveniência – anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP denominado “Bloco Noroeste” são: (i) Aeroporto Estadual Paulino Ribeiro de Andrade “Aeroporto de Andradina”; (ii) Aeroporto Estadual de Dario Guarita “Aeroporto de Araçatuba”; (iii) Aeroporto Estadual Marcelo Pires Halzhausen “Aeroporto de Assis”; (iv) Aeroporto Estadual Chafei Amsei “Aeroporto de Barretos”; (v) Aeroporto Estadual Moliterno de Dracena “Aeroporto de Dracena”; (vi) Aeroporto Estadual Doutor Ramalho Franco “Aeroporto de Penápolis”; (vii) Aeroporto Estadual Geraldo Moacir Bordon “Aeroporto de Presidente Epitácio”; (viii) Aeroporto Estadual Adhemar de Barros “Aeroporto de Presidente Prudente”; (ix) Aeroporto Estadual Professor Eribelto Manoel Reino “Aeroporto de São José do Rio Preto”; (x) Aeroporto Estadual José Vicente Faria Lima “Aeroporto de Tupã”; (xi) Aeroporto Estadual Domingos Pignatari “Aeroporto de Votuporanga”.

A Companhia pertence às sociedades, Socicam Infraestrutura e Participações Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo e DIX Empreendimentos Ltda. com sede na cidade de Recife no Estado de Pernambuco

A Companhia possui suporte financeiro das acionistas Socicam Infraestrutura e Participações Ltda., e DIX Empreendimentos Ltda., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas das dívidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 – Definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 22 – Contingências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2022.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

c) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistema informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

(ii) Direito de exploração de infraestrutura

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo é de 30 anos, conforme prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	30 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Máquinas e equipamentos.....	10 anos
Equipamentos de informática.....	10 anos
Software.....	5 anos

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Provisões de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição específica antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 30 de dezembro de 2022 com relação a este assunto.

g) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i) Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende ao imposto de renda corrente reconhecido no resultado.

Na determinação do imposto de renda corrente a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda e no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseado em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamento sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

j) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1).

A infraestrutura, dentro do alcance de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

k) Receita operacional

(i) Embarque e utilização do terminal

As receitas provenientes da cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros são reconhecidas de acordo com a emissão das cobranças relacionadas.

(ii) Tarifas de pouso e permanência

As receitas relativas à utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave são reconhecidas de acordo com a emissão das cobranças relacionadas.

(iii) Receita de aluguel

A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas contábeis compreendem receitas de juros sobre aplicações contábeis, receitas com descontos obtidos, receitas com variações cambiais ativas e as variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas contábeis compreendem basicamente os juros, descontos concedidos a clientes e as tarifas bancárias.

m) *Novos normativos contábeis*

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Contratos de seguro (alterações à IFRS 17 e à IFRS 4);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e à Declaração de Práticas IFRS);
- Emendas à IFRS 10/CPC 36 (R3) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Joint Venture e à IAS 28/CPC 18 (R2);
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Divulgação de Políticas Contábeis;
- IFRS Practice Statement 2 Emendas à IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contabilísticas;
- Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações à IAS 1);
- Definição de estimativas contabilísticas (alterações à IAS 8); e
- Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos resultantes de uma única transação (alterações à IAS 12).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim representados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
Bancos	19	-
Aplicações financeiras	<u>1.193</u>	<u>-</u>
	<u>1.212</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo essas aplicações renumeradas entre 10% a 100% da SELIC.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a. Composição dos saldos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
Clientes	1.637	-
Locações a receber	881	-
Outras contas a receber	4	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(78)</u>	<u>-</u>
	<u>2.444</u>	<u>-</u>

b. Abertura por idade do contas a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
A vencer	2.022	-
Vencidos de 1 a 30 dias	182	-
Vencidos de 31 a 120 dias	268	-
Vencidos de 121 a 180 dias	25	-
Vencidos acima de 181 dias	<u>25</u>	<u>-</u>
	<u>2.522</u>	<u>-</u>

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
Saldo em 31 de dezembro de 2021.	-	-
Reversão (constituição)	<u>(78)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(78)</u>	<u>-</u>

6. IMOBILIZADO

	31/12/2021 (Não auditado)	31/12/2022		Valor líquido
		Adições	Baixas	
<i>Custo</i>				
Máquinas e equipamentos	-	766	-	766
Móveis e utensílios	-	23	-	23
Computadores e periféricos	-	1.036	-	1.036
Benfeitorias	-	7	-	7
	-	1.832	-	1.832
<i>Depreciação</i>				
Máquinas e equipamentos	-	(93)	-	(93)
Móveis e utensílios	-	(1)	-	(1)
Computadores e periféricos	-	(149)	-	(149)
	-	(243)	-	(243)
Imobilizado líquido	-	1.589	-	1.589

7. INTANGÍVEL

O saldo do ativo intangível correspondente concessão para exploração da infraestrutura apresentam as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

	31/12/2021 (Não auditado)	Custo	31/12/2022	Valor líquido
			Amortização Acumulada	
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	-	8.553	(238)	8.315
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Software	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	933	-	933
	-	9.486	(238)	9.248

b. *Movimentação do custo do ativo intangível*

	<u>31/12/2022</u>			
	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u>
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	-	8.553	-	8.553
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Software	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	933	-	933
	<u>-</u>	<u>9.486</u>	<u>-</u>	<u>9.486</u>

c. *Movimentação da amortização do ativo intangível*

	<u>31/12/2022</u>			
	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u>
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	-	(238)	-	(238)
	<u>-</u>	<u>(238)</u>	<u>-</u>	<u>(238)</u>

Em função do contrato de concessão do Complexo Aeroportuário do Bloco Noroeste, o ativo intangível é registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A interpretação técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão, e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras(i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos.

Na cláusula décima segunda, parágrafo 12.2, do contrato de concessão foi determinado que todos os bens que integram ou venham a integrar a esta concessão, bem como as respectivas benfeitorias serão considerados “Bens reversíveis” ao Poder Concedente ao término do prazo do contrato de concessão.

O valor das parcelas dos investimentos vinculados a “Bens reversíveis” ainda não amortizados ou depreciados será apurado a partir do ativo intangível da CONCESSIONÁRIA, e tendo como termo final a data da notificação da extinção do contrato à CONCESSIONÁRIA, considerando as regras contábeis, notadamente a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), pronunciamentos e orientações relacionadas e, ainda, respectivas revisões, todos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, devidamente atualizado conforme o IPCA/IBGE do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização. Os ativos intangíveis com a vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
Fornecedores	899	-
Outros	95	-
	<u>994</u>	<u>-</u>
Circulante	994	-
Não circulante	-	-
	<u>994</u>	<u>-</u>

Os saldos a pagar a fornecedores não apresentam concentração e são representados por compras de materiais, equipamentos e serviços destinados à operação da Companhia.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
Provisão de férias e encargos	667	-
Salários e ordenados	411	-
INSS a recolher	174	-
FGTS a recolher	54	-
Outros	54	-
Pensão alimentícia a pagar	2	-
Empréstimo consignado	1	-
	<u>1.363</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 153 colaboradores (0 em 31 de dezembro de 2021).

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
ISSQN a recolher	69	-
PIS e COFINS a recolher	195	-
IRPJ a recolher	127	-
CSLL a recolher	47	-
Impostos retidos a recolher	82	-
	<u>520</u>	<u>-</u>

11. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
Pis parcelamento	140	-
Cofins parcelamento	646	-
INSS parcelamento	<u>406</u>	<u>-</u>
	<u>1.192</u>	<u>-</u>
Circulante	251	-
Não circulante	<u>941</u>	<u>-</u>
	<u>1.192</u>	<u>-</u>

Os parcelamentos simplificado de Pis e Cofins, foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002);

12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O saldo do adiantamento de clientes, registrado no montante de R\$ 101 é representado por recebimentos referente a cauções de locação

13. PARTES RELACIONADAS

a. Transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
Ativos		
Dix Empreendimentos Ltda.	-	10
	<u>-</u>	<u>10</u>
Passivos		
Socicam Administração, Projetos. e Representação. Ltda.	379	-
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	1.439	-
Dix Empreendimentos Ltda.	1.746	-
	<u>3.564</u>	<u>-</u>
Total líquido	<u>3.564</u>	<u>10</u>

Correspondem a operações de mútuo com os acionistas, substancialmente, para suprimento de caixa da Companhia, sem cláusulas de reajustes ou prazos de vencimentos. Por esse motivo, estão classificados no não circulante.

14. CAPITAL SOCIAL

a) As ações correspondentes a cada sócia são representadas abaixo:

	<u>Ações (em milhares)</u>			
	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>%</u>
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	3.180	51%	5	51%
Dix Empreendimentos Ltda.	3.054	49%	5	49%
	<u>6.234</u>	<u>100%</u>	<u>10</u>	<u>100%</u>

Conforme 1ª alteração de seu contrato social, em 3 de janeiro de 2022, foi autorizado o aumento de capital no montante de R\$ 31.073, o qual foi parcialmente integralizado o montante de R\$ 6.234 na mesma data.

O capital social subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2022 está representado por 6.234 ações, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por ação, no montante de R\$ 6.234, restando pendente de integralização o saldo de R\$ 24.938.

b) Reserva Legal

É constituída com base nos dispositivos legais do Art. 193 da Lei nº 6.406/76, sendo destinados 5% do lucro líquido, que não excederá de 20% do capital social.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.406/76, após a dedução da reserva legal.

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	566
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(29)</u>
Dividendos mínimos propostos - 25%	(135)
Constituição de reserva de lucros	402

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO

O cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado pela alíquota combinada é demonstrado como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	862	-
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>(293)</u>	<u>-</u>
<i>Adições permanentes</i>		
Brindes	3	-
	-	-
<i>Adições temporárias</i>		
Provisão para Perdas de créditos considerados incobráveis	78	-
<i>Exclusões permanentes</i>		
Adicional sobre o lucro tributável anual	-	-
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores - Atividades em Geral	-	
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>81</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>296</u>	<u>-</u>
Débitos remanescentes de IRPJ e CSLL a recolher	<u>34%</u>	<u>-</u>

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <i>(Não auditado)</i>
<u>Receita bruta</u>		
Tarifas Aeroportuárias	14.813	-
Locações	6.870	-
Serviços de apoio	150	-
Serviços a usuários	89	-
	<u>21.922</u>	<u>-</u>
<u>Abatimentos</u>		
(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(2.650)	-
(-) Serviços cancelados	(4)	-
	<u>(2.654)</u>	<u>-</u>
Receita operacional líquida	<u>19.268</u>	<u>-</u>

Embarque e utilização do terminal aeroportuário

São valores cobrados dos usuários para embarque nos terminais aeroportuários (regulamentadas e com valores calculados pela ARTESP – (Agência de Transporte do Estado de São Paulo). As receitas de embarque serão ajustadas de acordo com o indexador econômico - IPCA (índice de preços ao consumidor amplo).

Locações

São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal aeroportuário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação. Estão previstas no Contrato de Concessão e são administradas pela Companhia.

Serviços de apoio

São serviços oferecidos em terra para apoio às operações do transporte aéreo, envolvendo principalmente o atendimento e a segurança de aeronaves, passageiros, tripulantes, bagagens e cargas. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

Serviços a usuários

São serviços oferecidos a usuários do terminal aeroportuário, como uso de sanitário, banho, estacionamento, guarda-volume, cartões telefônicos e recarga de telefones celulares. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u> <i>(Não auditado)</i>
Pessoal	(5.613)	-
Serviços contratados	(5.894)	-
Outros custos com colaboradores	(1.615)	-
Férias e 13º salário	(1.234)	-
Serviços públicos	(977)	-
Amortização e depreciação	(461)	-
Outorga, taxas e participações	(251)	-
Outros custos	(2.541)	-
	<u>(18.586)</u>	<u>-</u>

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u> <i>(Não auditado)</i>
Despesas gerais	4	-
Despesas com crédito de liquidação duvidosa	77	-
Outras despesas	3	-
	<u>84</u>	<u>-</u>

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre outras receitas (despesas) por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u> <i>(Não auditado)</i>
Outras receitas		
Recuperação de despesas	3	-
Receitas de exclusividade	678	-
	<u>681</u>	<u>-</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u> <i>(Não auditado)</i>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de juros	82	-
Receita de aplicações financeiras	5	-
Descontos obtidos	16	-
	<u>103</u>	<u>-</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	17	-
Tarifa de emissão de boletos e títulos	6	-
IOF - Imp.s/ operações financeiras	1	-
Multas e correções	266	-
Outras despesas financeiras	230	-
	<u>520</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>417</u>	<u>-</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) *Gerenciamento do risco financeiro*

A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites.

As políticas de risco e sistema de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A administração não vê risco de crédito uma vez que as transações são realizadas com sua Matriz. Atualmente, o risco é oriundo das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

A Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições contábeis, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, o risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
		<i>(Não auditado)</i>
Caixa e equivalente de caixa	19	-
Aplicações financeiras	1.193	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	<u>2.444</u>	<u>-</u>
	<u>3.656</u>	<u>-</u>

c) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 30 de dezembro de 2021:

(i) Ativos financeiros

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
		<i>(Não auditado)</i>
Caixa e equivalente de caixa	19	-
Aplicações financeiras	1.193	-
Contas a receber	<u>2.445</u>	<u>-</u>
	<u>3.657</u>	<u>-</u>

(ii) Passivos financeiros

	Valor contábil	31/12/2022			
		Fluxo financeiro	6 meses ou menos	6 -12 meses	Maior 12 meses
Passivo financeiros não derivativos					
Fornecedores	995		993	2	0

	Valor contábil	31/12/2021 (Não auditado)			
		Fluxo financeiro	6 meses ou menos	6 -12 meses	Maior 12 meses
Passivo financeiros não derivativos					
Fornecedores	-	-	-	-	-

d) **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

e) **Hierarquia dos instrumentos financeiros**

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos e sua hierarquia:

- Nível 1 - Preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços
- Nível 2 - Outros, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta ou indiretamente.
- Nível 3 - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos

As aplicações financeiras, são registradas pelo valor justo por meio do resultado e classificados como Nível 2. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil.

22.COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado valor variável, correspondente a 1% (um por cento) da receita bruta auferida pela Concessionária a partir do 13º (décimo terceiro mês) contado da data de eficácia, conforme disposto no contrato. Os valores serão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 17).

23. CONTINGÊNCIAS

Até a data de publicação dessas demonstrações financeiras, a Companhia não estava envolvida em processos judiciais ativos ou passivos.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Administração

Marcelo Sturlini Bisordi
Diretor Presidente

Augusto Ricardo von Ellenrieder
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Buzam Júnior
Contador
CRC 1SP243887/O-3

* * *